

✳ Escola Superior de Gestão de Tomar

Ano Letivo 2016/2017

Contabilidade

Licenciatura, 1º Ciclo

Plano: Despacho nº 13772/2014 - 12/11/2014

Ficha da Unidade Curricular: Direito Fiscal

ECTS: 5; Horas - Totais: 135.0, Contacto e Tipologia, T:30.0; PL:30.0;

Ano | Semestre: 3 | S1; Ramo: Tronco comum;

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 905624

Área Científica: Direito

Docente Responsável

Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida

Professora Adjunto

Docente e horas de contacto

Abel Godinho Paulo

Assistente Convidado, T: 30; PL: 30;

Objetivos de Aprendizagem

No final do curso os alunos devem ser conhecer o Direito Tributário, centrado no estudo das suas componentes administrativa (procedimento) e contenciosa (processo), com referência à prática dos actos no tempo e aos meios alternativos de resolução de conflitos.

Conteúdos Programáticos

Proporcionar aos alunos uma visão, tão ampla quanto possível no contexto de uma cadeira semestral, do atual ordenamento jurídico tributário português, na sua vertente adjetiva, através do estudo, predominantemente prático, mas sem desprezar um adequado enquadramento doutrinário, dos atos, procedimentos (administ.) e processos (jurisd.) tributários, incluindo o Regime geral das infrações Tributária

Conteúdos Programáticos (detalhado)

Parte I – Introdução

1. Direito financeiro, direito tributário e direito fiscal
2. Direito tributário substantivo e direito tributário adjetivo
3. A atividade tributária.
4. A jurisdição tributária.
5. Função garantística da justiça tributária.
6. Características do direito tributário adjetivo.
7. O Sistema português de direito tributário adjetivo

Parte II – Prazos

1. A exigência da limitação temporal das situações jurídicas.
2. Prazos
3. Prescrição
4. Caducidade

Parte III – O procedimento tributário

1. Noção
2. Fases do procedimento
3. Princípios aplicáveis ao procedimento tributário.
4. Atores no procedimento.
5. Os procedimentos tributários em especial
 - 5.1. Procedimentos de natureza informativa
 - 5.2. Procedimentos de avaliação
 - 5.3. Procedimentos de reconhecimento de benefícios fiscais
 - 5.4. Procedimento de ilisão de presunções
 - 5.5. Procedimento de liquidação
 - 5.6. Procedimento de liquidação
 - 5.7. Procedimentos impugnatórios
 - 5.7.1. Proc. de revisão da matéria tributável fixada por métodos indiretos
 - 5.7.2. Procedimento de revisão dos atos tributários
 - 5.7.3. Procedimento de reclamação graciosa
 - 5.7.4. Procedimento de recurso hierárquico.
 - 5.8. Procedimentos cautelares

Parte IV – O processo tributário

- 1 - Enquadramento do processo tributário
- 2 -Princípios Estruturantes.
- 3 - Atores no processo Tributário
4. Os meios processuais:
 - 4.1. O processo de impugnação judicial
 - 4.2. A ação administrativa especial
 - 4.3. A ação para reconhecimento de um direito em matéria tributária.
 - 4.4. O Processo de execução fiscal
 - 4.5. Contencioso cautelar
5. Recurso das decisões dos tribunais tributários.

Parte V – As Infrações Tributárias

1. Princípios Gerais
2. Crimes Tributários
 - 2.1. Crimes Tributários Comuns
 - 2.2. Crimes Fiscais
3. Processo Penal Tributário
4. Contra-Ordenações Tributárias.
5. O Processo de Contra-Ordenações Tributárias

Parte VI – Resolução alternativa de conflitos em matéria tributável

1. A arbitragem voluntária como meio alternativo de resolução de conflitos em matéria tributária e a sua relação com os princípios constitucionais.
2. Meios alternativos de resolução de conflitos em matéria tributária
3. A arbitragem tributária

Metodologias de avaliação

Duas frequências de avaliação ou exame final.

Software utilizado em aula

Não aplicável.

Estágio

Não aplicável.

Bibliografia recomendada

Carlos, Américo Fernando Brás, Impostos, Teoria Geral, Almedina, 2014 (4.ª Edição).

Leitão, Hélder Martins, Infracções Tributárias, Contra Margem, 2006.

Paiva, Carlos, da Tributação à Revisão dos Atos Tributários, Almedina, 2008 (2.ª Edição).

Rocha, Joaquim Freitas da, Lições de Procedimento e Processo tributário, Coimbra Editora, 2014 (4.ª Edição).

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

Os conteúdos programáticos definidos permitem aos discentes conhecer o enquadramento jurídico das infracções fiscais e quais os órgãos competentes a uma fiscalização eficaz da prática da mesma.

Metodologias de ensino

O curso teórico e prático é constituído por aulas teóricas, ministradas ao universo do curso, nas quais o desenvolvimento dos assuntos é precedido da apresentação do sumário da aula, e seguido de um período para esclarecimento de dúvidas.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

As aulas leccionadas são de carácter expositivo e através de análise do normativo fiscal, de modo a permitir aos discentes o contacto com a legislação e ter noção do enquadramento dos instrumentos jurídicos que balizam a prática de infracções fiscais.

Língua de ensino

Português

Pré requisitos

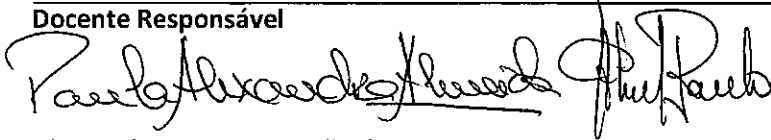
Não aplicável.

Programas Opcionais recomendados

Não aplicável.

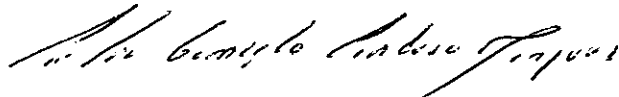
Observações

Docente Responsável



Diretor de Curso, Comissão de Curso


Conselho Técnico-Científico



Homologado pelo C.T.C.
Actan.º 92 Data 8/12/16
